

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de S. Paulo Class.: 08

Data 31/08/73 Pg.: 12

Investimento na AM independe da colonização

Da Sucursal de
BRASÍLIA

Os projetos da empresa privada na Amazônia serão executados independentemente e sem prejuízo do programa que vem sendo realizado pelo INCRA, que visa, principalmente, à colonização das áreas de influência da Transamazônica. Esta foi a decisão dos ministros João Paulo Reis Velloso, do Planejamento, Costa Cavalcanti, do Interior, e Moura Cavalcanti, da Agricultura, reunidos em Brasília com o propósito de apoiar a maior participação da empresa privada na agro-indústria, agropecuária e colonização da Amazônia.

Os ministros decidiram que os anteprojetos das empresas privadas deverão ser submetidos à apreciação do INCRA para fins de mensuração de sua viabilidade e, se envolvidos recursos de incentivos fiscais, deverão também ser apresentados à SUDAM.

UMA NOTA

Os Ministérios se responsabilizam em apoiar a execução de obras de infra-estrutura, pesquisa de experimentação agrícola e outras necessárias à criação, tomando como base a viabilização dos projetos privados nas áreas concedidas. Estas compreendem as áreas do Xingu, Juruema e Aripuanã, Araguaia-Tocantins e Altamira, Va-

le do Tapajós, Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, áreas de Manaus e Alenquer e do Estado do Acre.

Num press-release distribuído à imprensa, ontem, em Brasília, o Ministério do Planejamento informou que os ministros Reis Velloso, Moura Cavalcanti e Costa Cavalcanti haviam se reunido "para acertar o esquema operativo destinado a apoiar a maior participação da empresa privada nos programas de agropecuária, agro-indústria e colonização na Amazônia".

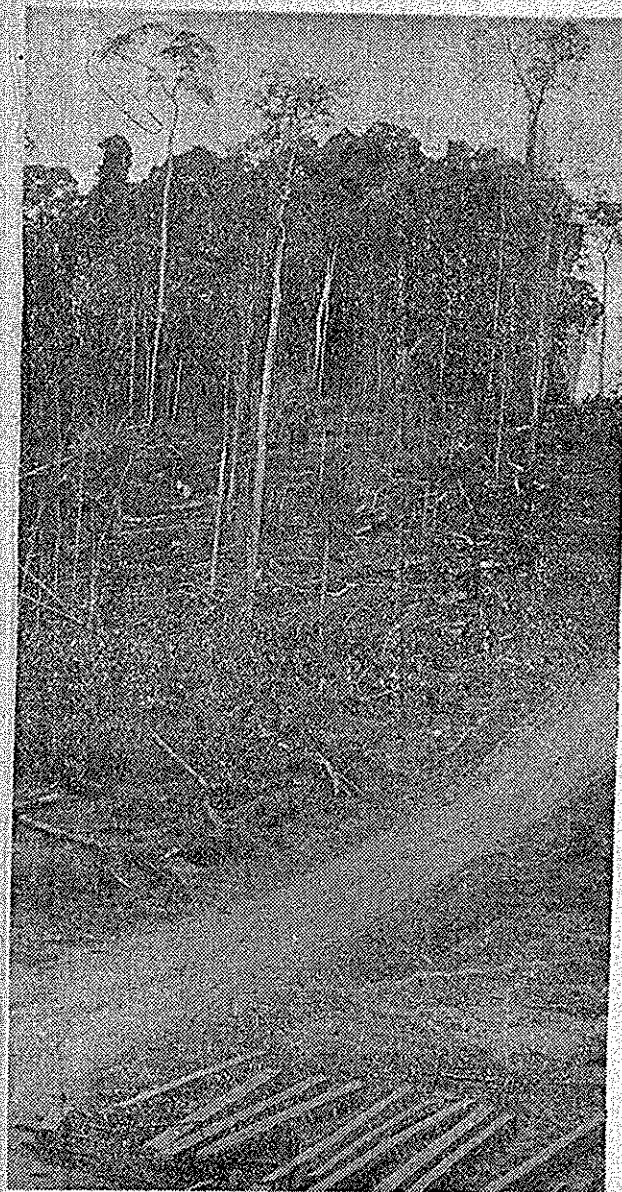
A reunião, entretanto — que se realizou na terça-feira, e não ontem, como a nota oficial insinua —, não teve apenas o objetivo de acertar o "esquema operativo" desses

Ministérios na região. Muito mais do que isso, os três ministros encontraram-se para esclarecer uma linha de conduta política baseada na determinação do governo de que os Ministérios hajam de comum acordo, coordenadamente. Contudo, como se recorda, logo após o ministro Reis Velloso voltar da Amazônia, onde havia acenado com boas perspectivas para que a iniciativa privada se instalasse na Amazônia e desenvolvesse grandes projetos, já o Ministério da Agricultura se manifestava contra esse tipo de iniciativa.

S6 LUCROS

Os motivos que levaram o Ministério da Agricultura a, veladamente, ir contra um programa de outro Ministério, segundo fontes ligadas à agricultura, podem ser resumidos no seguinte argumento: ao grande empreendedor interessam os lucros imediatos e os encargos sociais nem sempre são respeitados nesse tipo de empreitada, principalmente na Amazônia. Como não havia, ainda, definições de como os projetos seriam julgados, o Ministério da Agricultura temia que se agravassem, na área onde atua como órgão de colonização, os problemas de assistência ao homem.

Ao final da leitura da nota oficial, contudo, fica evidente que um "esquema operativo" realmente foi acertado: 1) — os projetos a cargo da empresa privada são aceitos pelo Ministério da Agricultura, resguardando-se, contudo, o papel que o INCRA vem realizando na Transamazônica. 2) — o INCRA terá o direito de examinar, a priori, os projetos apresentados. 3) — os três Ministérios darão todo o apoio à execução das obras de infra-estrutura e responderão, igualmente, "pelas condições gerais de viabilização dos projetos privados".



Madeira amazônica vai à exposição de Bruxelas

Brasil mostrará em Bruxelas a melhor madeira

ROMA — Grande quantidade de madeira rara, de procedência brasileira, entrará brevemente no mercado mundial — informou ontem o jornal italiano "Il Messaggero". Segundo o jornal, "através das novas estradas que penetram no coração da Amazônia, o Brasil começa a explorar seus recursos florestais que correspondem à terceira parte das reservas existentes atualmente no mundo".

Os primeiros resultados da exploração sistemática da floresta amazônica — informa o jornal — serão mostrados em Bruxelas, de 7 a 15 de novembro, durante a "Brasil Export 73", que o governo brasileiro promoverá no Palais du Centenaire. Entre os 350 expositores que estarão presentes à Export, figuram muitos exportadores de madeira para construção.

PEDIDO

"Il Messaggero" informa que algumas mostras de madeira dura e de alta qualidade, procedentes da região amazônica, já estão a caminho do Mercado Comum Europeu. A Sociedade Britânica de Importações Price Morgan Ltd receberá breve-

mente uma primeira partida de virola e andiroba.

O jornal não diz exatamente que quantidade de madeira será recebida mas informa que os dois tipos enviados deverão ser bem recebidos no mercado europeu porque, em razão de suas qualidades, tiveram ótima aceitação no mercado norte-americano de construção.

Depois de especificar as características técnicas e mecânicas da virola e da andiroba, e de outros tipos de madeira da floresta amazônica, "Il Messaggero" informa que o conselheiro delegado da "Price Morgan, que importou a madeira, John McKee, afirmou esta semana o seguinte: "A partir do momento em que as partidas de madeira procedentes da África ocidental aumentaram tão bruscamente de preço, começamos a aceitar, com prazer, novas fontes de abastecimento, a preços favoráveis para o mercado europeu". Segundo o jornal, as possibilidades do Brasil são muito boas porque dispõe de aproximadamente quatro milhões de quilômetros quadrados de florestas ainda não exploradas.

A diferença de posições

Do Serviço Especial

No último dia 16, vinte empresários do Centro-Sul partiram para a Amazônia em companhia dos ministros da Agricultura, Interior e Planejamento para conhecerem as oportunidades de investimentos na região. Visitaram várias cidades, conheceram obras do governo — estradas, portos, colonização — ouviram 19 conferências de técnicos oficiais e regressaram entusiasmados.

Enlo Pipino, autor de um projeto de colonização particular na Cuiabá-Santarém, interrompeu um discurso do ministro Moura Cavalcanti em Altamira para anunciar que alguns empresários estavam interessados em formar um grande consórcio para gerir um gigantesco investimento. Inicialmente, pretendiam adquirir dois milhões de hectares, no entroncamento das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Alguns informaram que os projetos de-

veriam voltar-se exclusivamente para o mercado externo, outros disseram que o governo deveria oferecer mais estímulos para que se estabelecessem na Amazônia.

No próximo dia 4, em São Paulo, todos estarão novamente reunidos com Reis Velloso para apresentar formalmente seus planos e ouvir a posição do governo. O que os três ministros discutiram em Brasília foi exatamente a distinção entre essas iniciativas e a colonização dirigida pelo Incra nas margens da Transamazônica.

AS DIFERENÇAS

Levando milhares de nortezinos para as margens da estrada, projeto iniciado há três anos, o governo pretende gerar a descompressão demográfica do Nordeste e expandir a fronteira agrícola e econômica. Para isso, mediante decretos presidenciais, o Incra passou a controlar 2,3 milhões de quilômetros quadrados na região e é nessas terras que os projetos discutidos vão-se instalar,

desde que o Senado aprove a venda de terras públicas em área superior a 3 mil hectares.

Como o ministro Reis Velloso disse em Belém, durante a viagem com os empresários, a Transamazônica, que até aquela data tinha dado "ênfase à colonização com um sentido social que se voltou para o pequeno agricultor", passaria a dar prioridade aos grandes projetos que visariam, inclusive, à auto-sustentação financeira da região cortada pela estrada.

No dia 21, contudo, em Brasília, o ministro Moura Cavalcanti declarou que seu Ministério não faria nenhum estudo especial para apoiar os projetos dos empresários. Eles próprios fariam que formulá-los e encaminhá-los aos órgãos competentes. "O Ministério da Agricultura — disse — dedica-se principalmente a programas sociais, que visam a criar melhores perspectivas para o pequeno agricultor e médio proprietário".